

## CONSTRUINDO A VISIBILIDADE DA CULTURA NEGRA: AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS PARA COMBATER O RACISMO NOS ESPAÇOS INFORMACIONAIS

Andréia Sousa da Silva<sup>1</sup>

Graziela dos Santos Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste trabalho, uma pesquisa em andamento, busca-se apresentar pontos relevantes que caracterizam as bibliotecas públicas como espaço de cultura e informação, através de ações que podem ser consideradas como aspectos positivos para o estabelecimento de transformações sociais. Tem como objetivo geral apresentar a importância da inclusão e difusão de atividades socioeducativas nas bibliotecas públicas que viabilizem a história e a cultura da população negra, além de apontar a importância da inserção de materiais e serviços que retratem a cultura e história africana e afro-brasileira para fortalecimento da identidade desse grupo étnico. A pesquisa realizada tem um caráter bibliográfico e exploratório na qual por meio de um processo de busca na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI) verificou-se artigos referente a biblioteca pública, população negra, educação para relações étnico-raciais e multiculturalismo com o propósito de verificar ações socioeducativas aplicáveis na biblioteca. Além da busca, utilizou-se para a discussão Cardoso (2015), Gomes (2019), IFLA/UNESCO (1994) e (2017) e Silva e Fontes(2017) como embasamento teórico para entender a importância e existência da diversidade étnica nas bibliotecas públicas. Como resultado, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e no manifesto da IFLA, propor ações culturais diversas e com isso contribui para construção de uma identidade positiva, além de propor a formação para os/as bibliotecários/as nos temas relacionados a cultura negra de modo a desmistificar o preconceito e representações negativas. Por fim visa enfatizar o papel das bibliotecas como promotora de disseminação da informação e cultura de todos os grupos sociais das comunidades onde estão inseridas.

**Palavras-chave:** História e cultura negra. Bibliotecas públicas. Ações socioeducativas.

### 1 INTRODUÇÃO

Apesar da sociedade brasileira ser constituída por diferentes grupos que caracterizam como um dos mais diversos, em termos culturais e étnico-raciais, sua história é permeada por desigualdades e discriminações contra as populações afrodescendentes e indígenas.

---

<sup>1</sup> Professora Assistente do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bacharel em Biblioteconomia – Hab. em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: andreia.ssilva@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Mestra em Gestão da Informação pelo Programa de Pós Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bacharel em Biblioteconomia Hab..em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.  
E-mail:graziela.dsl@gmail.com



Um dos espaços onde há pouca ou nenhuma visibilidade das populações de origem africana é a biblioteca, onde a memória dessas populações é excluída pela ausência (ou pouca presença) de materiais bibliográficos que possam fortalecer as contribuições desse grupo étnico para a construção da sociedade brasileira e também a preservação da sua história, memória e cultura. No Manifesto das Bibliotecas Públicas, lançado pela IFLA em 1994, informa que “os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (IFLA, 1994, s.p.). O que vemos nesses espaços informacionais é um contexto diferente do que é pregado. Nesse espaço, impera ações e atuações, muitas vezes, promovidas pelos bibliotecários, uma representação hegemônica, com base eurocêntrica, diante do acervo informacional. Esse acervo representando, de certa forma, um pensamento europeu.<sup>3</sup>

A invisibilidade e/ou a sub-representação de outras formas de saber de outras culturas reforçam e propagam discriminações e legitimam o racismo, em especial relacionado a população de origem africana e povos indígenas.

Neste artigo serão apresentados alguns pontos relevantes para buscar a desconstrução dessa prática contínua, através de ações socioeducativas que visam o fortalecimento da história e cultura dos/as afro-brasileiros/as e conseqüentemente o combate ao racismo dentro das bibliotecas públicas.

Já sobre as ações socioeducativas, definimos como uma política de inclusão social que consiste em atividades manifestadas por meio de: “grupos socioeducativos, campanhas socioeducativas, grupos de convivência familiar, grupos de desenvolvimento familiar, e grupos de desenvolvimento local das comunidades cada um enfatizando uma atividade” (LIMA, CARLOTO, 2009, p.128). São ações que possuem cunho participativo e dialógico, que nesse caso, é sobre questões raciais na biblioteca. Para tanto, é necessário discutir sobre dispositivos legais da IFLA relacionando-a ao manifesto sobre bibliotecas multiculturais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana dialogando com os/as autores/as da área da biblioteconomia e especialistas nas questões das relações raciais pois é de extrema importância

---

<sup>3</sup> Pensamento europeu, ou ocidental e imperialista, para Quijano (2010) e Santos (2010) é um pensamento universalista onde o centro do pensamento é a europa em detrimento de outras regiões.

para compreender e dar ênfase na implementação dessas questões socioeducativas nas bibliotecas públicas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

### 2.1 Biblioteca Pública, uma biblioteca democrática?

Toda biblioteca pública possui uma função que é a de produzir, organizar e permitir acesso à informação e a cultura. Além de ser mediadora entre público, a informação e a cultura, a biblioteca pública proporciona novos saberes por meio de seu acervo contribuindo na afirmação de identidades.

Entretanto, a biblioteca pública é definida como uma instituição “que fornece um serviço gratuito para toda a população de uma comunidade, distrito ou região” (MCGARRY, 1999, p. 117) financiada por meio de recursos públicos, nesse sentido, é uma instituição de cunho social e cultural.

Sendo uma instituição social, cultural, a biblioteca pública segue uma ordem social dominante que influencia o seu funcionamento, a construção, controle e o acesso a informação no acervo (BRETTAS, 2010). No entanto, biblioteca é um lugar de memória<sup>4</sup> onde registra a memória de uma sociedade. Sendo uma biblioteca construída para atender a público diverso, ou seja, uma biblioteca de caráter democrático, a biblioteca pública por meio de seu acervo não demonstra isso.

No século XIX manifestou-se uma preocupação relacionada a democratização e a mediação da leitura (GOMES, 2016). Porém, para a mesma autora, a falta de acesso e o reconhecimento deste como uma instituição pública perpetua-se ao longo do tempo. Este fato, é decorrente devido ao acervo não satisfazer e representar as necessidades informacionais de determinados grupos. Nesse sentido, há uma certa hegemonia na biblioteca pública, que representa por meio de seu acervo um determinado grupo em detrimento de outro.

Nas bibliotecas públicas, essa hegemonia atua a partir da formação dos acervos, dos estabelecimentos de certos serviços e das ações culturais da biblioteca, satisfazendo os objetivos

---

<sup>4</sup> NORA, P.. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.



da classe dominante em garantir a hegemonia política que sustenta seu poder. Sendo um local de memória, a biblioteca utiliza por meio de dispositivo de poder a lembrança e o esquecimento como instrumentos de dominação. Nesse sentido, muitas histórias e culturas relacionadas à diversidade étnico-cultural são invisibilizadas. Diante disso, Cardoso (2015, p. 34) afirma que:

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-racial e cultural ao contexto em que está inserido. Abraçar a tarefa de analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros, mas também identificar as histórias silenciadas, recuperar, preservar e disseminar a memória relacionada com contribuição do negro na formação sociocultural brasileira, possibilitando aos usuários da biblioteca o convívio com a diversidade cultural.

Para que isso se concretize, os/as bibliotecários/as como sujeitos do processo da organização, preservação, disseminação da informação e produção do conhecimento devem estar atentos/as e informados/as a respeito das representações ideológicas que valorizam um conhecimento em relação aos outros, nesse caso, a valorização tem sido, na sua maioria das vezes, do conhecimento europeu. Além disso ficar atento/a às imagens negativas relacionadas às populações afrodescendentes e indígenas. Nesse caso, os/as bibliotecários/as em relação aos materiais bibliográficos, devem desenvolver um trabalho questionador e crítico com seus usuários/as. De acordo com Silva e Fontes (2017, p. 201):

[...] sua responsabilidade como formador de coleções, de mediador de informação deve ser exposta, fortalecendo dessa maneira a importância da biblioteca no desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais nos ambientes educacionais possibilitando assim a utilização de seus recursos e serviços na diminuição das desigualdades raciais.

E de que forma os profissionais da informação podem agir para mudar o contexto das bibliotecas públicas e tornar seus espaços de atuação um ambiente multicultural que possam promover a equidade informacional e ações políticas para a diminuição das desigualdades? Nesse sentido, na próxima seção discutiremos sobre o manifesto da IFLA e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como instrumento normativa que assegura a construção e a manutenção de uma acervo multicultural.

### **2.1.1 Dispositivos legais para uma biblioteca pública multicultural**

Em 2008, a IFLA lançou o Manifesto da Biblioteca Multicultural que apresenta diretrizes para orientar os profissionais que atuam nas bibliotecas a saberem lidar com as

diferentes culturas, etnias, raças, classe, gênero e nacionalidades dos seus usuários. Entendemos como multiculturalismo na biblioteca a necessidade de representar por meio de seu acervo a realidade sociocultural na sociedade. Nesse sentido, multiculturalismo é “[...] definido como a existência de diversos segmentos étnicos e raciais na população de uma sociedade ou Estado, e de políticas e programas designados para atender e gerenciar a diversidade étnica” (CASTRO, 2012, p. 30). Em outras palavras, corroborando com Taylor (1993), é a coexistência de grupos sociais pertencentes a diferentes culturas, etnias e raça que reivindicam seus direitos nos espaços onde estas estão sub-representadas.

Assim as diretrizes recomenda dar um enfoque multicultural à coleção para que seja eficaz e equilibrada (CARIDAD; LÓPEZ; GARCIA, 2009) para grupos étnicos, selando funções específicas para os responsáveis do controle ou coordenação dos serviços bibliotecários.

Nesse Manifesto, estão destacados princípios e missões de serviços para o profissional da informação. Alguns valem ser ressaltados:

- a) Servir todos os membros da comunidade sem discriminação baseada no patrimônio cultural e linguístico
- b) Dar acesso a uma ampla gama de materiais e serviços que reflitam todas as comunidades e necessidades.
- c) Apoiar a inclusão e participação de pessoas e grupos de todos os diversos contextos culturais
- d) Promover a consciência do valor positivo da diversidade cultural, promovendo o diálogo cultural (IFLA, 2008, s.p)

A medida que as bibliotecas atendem diversos interesses e grupos sociais, elas se tornam aparelhos de aprendizagem, culturais e de informação. Ao abordar a diversidade cultural e linguística, os serviços da biblioteca são impulsionados pelo compromisso com os princípios das liberdades fundamentais e da equidade de acesso à informação e ao conhecimento para todos/as, no respeito da identidade e dos valores culturais.

Em se tratando das questões relacionada a história e cultura africana e afro-brasileira e indígenas temos uma lei que ampara essas questões, a Lei 10.639/03 e a lei 11.645/08. As referidas Leis que informam sobre a obrigatoriedade da temática africana, afro-brasileira e indígenas nas redes de ensino. As leis oportunizaram e oportunizam “a criação de materiais

bibliográficos e didáticos sobre aspectos históricos, socioeconômicos e culturais de populações de origem africana e indígena realizados por pesquisadores, historiadores e escritores especializados nestas temáticas” (CARDOSO, et al, 2015, p. 454).

Para a implementação das leis foi estabelecido as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em 2004. As reivindicações referente a lei 10.639/03 e a diretriz são propostas do movimento negro em articulação com o governo federal nos meados do século XX. Segundo Petronilha, relatora do parecer no que concerne a diretriz, informa que é uma,

resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata-o, da política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004, p.10).

A Diretriz é um instrumentos normativo que constitui em normas de aplicação na educação referente a Lei 10.639/03 que também serve de apoio à implementação da lei 11.645/08. A diretriz é um conjunto de medidas instituída pelo governo federal Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), possibilita “corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (BRASIL, 2004, p.5). A diretriz tem o propósito de orientar

[...] diferentes atores sociais do processo educacional, de modo a contemplar em seus planos de aula e ações pedagógicas a educação das relações étnico-raciais, bem como conteúdos sobre história e cultura africana e afro-brasileira. Estes dois pontos são fundamentais para a compreensão da importância da construção de uma educação transformadora, pautada na reeducação das relações, dos conceitos e das práticas (CARDOSO, RASCHE, 2014, p.23)

No entanto, a diretriz possibilita que seja implementada a história e culturas dos afro-brasileiros e africanos nas atividades relacionadas ao ensino e conseqüentemente nas bibliotecas. No entanto, ações socioeducativas também pode ser aplicadas nas bibliotecas pois também contribuem para a formação do indivíduo instigando-os no incentivo a leitura relacionada a temática em questão, em especial relacionada as literaturas produzidas /escritas por autores/as negros/as.

A educação abre um leque de informações para a diversidade e,



constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças[...] (BRASIL, 2004, p. 7)

As ações socioeducativas possibilitam que temáticas como educação para relações étnico-raciais, cultura africana e afro-brasileira sejam discutidas nas bibliotecas. O termo ação socioeducativa tem um significado diferente conforme o contexto onde se encontra (LIMA, CARLOTO, 2009). Nesse caso optamos por esse termo por ser um termo que também se adequa às questões relacionadas às bibliotecas como um espaço educativo por meio de atividades relacionadas ao acervo.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa realizada tem um caráter bibliográfico e exploratório. Bibliográfico, pois “desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros e obras congêneres” (KOCHE, 2007, p. 122) e exploratória, pois foi feito levantamento bibliográfico na Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI) para verificar artigos referente a biblioteca pública, população negra, educação para relações étnico-raciais e multiculturalismo com o propósito de verificar ações socioeducativas aplicáveis na biblioteca. A pesquisa exploratória proporciona uma visão geral, de tipo aproximativo, relacionada determinados fatos (GIL, 2008).

Nesse sentido, poucos trabalhos foram recuperados no que concerne às ações socioeducativas ou próxima a essa prática na biblioteca pública. Além da busca, utilizou-se para a discussão Cardoso (2015), Gomes (2019), IFLA/UNESCO (1994) e (2008), Silva e Fontes (2017), Lima et al (2018), Cardoso, Lima, Pacheco (2014) e Lima, Silva e Costa (2016), como embasamento teórico para entender a importância e existência da diversidade étnica nas bibliotecas públicas a partir da implantação de ações socioeducativas nesses ambientes informacionais.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A biblioteca pública em um contexto diversificado culturalmente deve incluir produtos e oferecer serviços que representem todos os tipos de usuários/as, especificamente os grupos sociais marginalizados pela sociedade. Para ter conhecimento sobre o assunto não basta possuir



informações básicas, vale ressaltar que em uma sociedade onde é estruturalmente construída com bases racistas, a desconstrução de práticas se faz com formação. Nesse sentido, diversas universidades tem cumprindo o que concerne a Lei 10.639/03 e a 11.645/08, juntamente com os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs). Os NEABs possuem a finalidade de dar suporte às instituições de ensino superior (BRASIL, 2004); (LIMA, et al, 2018) contribuindo nas atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão com tema que versam sobre: diversidade cultural, étnico-racial e políticas públicas que auxiliam no combate ao racismo e às desigualdades (CARDOSO; LIMA; PACHECO, 2014).

Também nesse caminho, a formação para os/as bibliotecários/as nos temas relacionados a cultura negra de modo a desmistificar o preconceito e os estereótipos, que são fatores impeditivos para que as fontes informacionais sejam inseridas e representadas nas bibliotecas é necessário para fomentar a reflexão nesses profissionais para que os mesmos ampliem seu olhar sobre os contextos sociais existentes.

Um das formas de implementar medidas socioeducativas que contemplem a população afro-brasileira seria incorporar políticas de ações afirmativas, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) em complemento com as diretrizes estabelecidas pela IFLA.

Estes dispositivos são uma estratégia de inclusão de outros saberes que possibilita tornar a biblioteca mais multicultural e portanto democrática. Sem um instrumento normativo que norteie ações voltadas para grupos marginalizados impossibilita que a biblioteca possa atender um público de uma maneira igualitária, já que ainda se perpetua no imaginário social o mito da democracia racial, onde as práticas racistas são vistas como algo comum e no entanto natural, dando a entender que não há racismo no Brasil e que vivemos em uma cordialidade. Segundo Cardoso e Pinto (2018, p. 40) “[...] o mito da democracia racial, tão perpetuados na sociedade brasileira, afetam o cotidiano e as práticas profissionais da/o bibliotecária/o [...]”.

Como foi dito anteriormente a Diretriz possibilita que seja implementada a história e culturas dos afro-brasileiros e africanos nas atividades relacionadas ao ensino, e como a biblioteca faz parte do sistema educacional, pode por meio de seu acervo possibilitar o acesso à informação e o estabelecimento de um senso crítico via construção de conhecimentos.

Uma das atividades que auxiliam numa ação socioeducativa é o enriquecimento de fontes informacionais sobre história de cultura africana e indígena. Para tanto, o acervo deve





constituir-se dessas temáticas para serem trabalhadas na biblioteca. No entanto, recomenda-se que se construam diretrizes dentro da política de desenvolvimento de coleções da própria biblioteca pública para inclusão das temáticas africana, afro-brasileira e indígena. É bom ressaltar que “é necessário contemplar o acervo com materiais que retratem a história, a memória, a cultura e a contribuição africana e afro-brasileira na construção do Brasil e que destaque a representatividade positiva desta população” (LIMA, et al, 2018, p. 97).

No artigo *Ação cultural na biblioteca escolar: proposta de ação cultural referente à cultura africana e afro-brasileira* as autoras Lima, Silva e Costa (2016) propõem ações culturais para a biblioteca relacionadas com a educação para relação étnico-racial. Nesse artigo, as atividades que foram propostas versam sobre a semana do conto africano onde o bibliotecário seleciona uma literatura referente a temática africana e montam peça de teatro com base nas narrativas encontrada na literatura. Outra atividade proposta é o Baú de histórias, que possui o mesmo objetivo que a atividade anterior, porém além da literatura, utiliza-se objetos relacionados a cultura africana e afro-brasileira, tais como: mapa do continente Africano em tecido; bonecas Abayomis, confeccionadas em tecido da cor preta; fotos de populações de diferentes países africanos; bonecos representando divindades, roupas africanas, caravelas, pirâmides, ocas, entre outros elementos que aprimoram o aprendizado por meio de contos (LIMA, SILVA, COSTA, 2016). É uma das ações que possibilita a quebra de estereótipos relacionados ao continente africano.

Seguindo as diretrizes estabelecidas pela IFLA, também podemos propor como medidas socioeducativas a serem implantadas nas bibliotecas públicas, as ações culturais como alternativas para uma nova forma de atuação dos bibliotecários e fortalecimento de uma identidade multicultural. Nesse caminho, Cardoso (2015, p. 91) nos apresenta, por exemplo, o seguinte:

O desenvolvimento de coleções que incorpora a ação cultural deverá também considerar as peculiaridades de memória coletiva da comunidade em que a biblioteca está inserida, priorizando memórias representativas da cultura afro-brasileiras, geradas por grupos, movimentos sociais, informações produzidas na sociedade que tem o negro como tema.

Além disso, propor também a realização de ações culturais diversas como por exemplo oficinas, saraus, exposições de obras onde o negro é o protagonista, lançamento de livros escrito por autoras/es negras/os dentre outros. As ações culturais são múltiplas atividades que podem ser oferecidas pelo bibliotecário/a. São atividades que podem ser “desenvolvidas nas bibliotecas

públicas, escolares, comunitárias e centros culturais, sendo indiscutível sua importância tanto no sentido de dinamizá-las como de alavancar o processo de produção cultural no âmbito dessas instituições e da sociedade” (CABRAL, 1998, p. 39). Segundo o mesmo autor são ações de caráter político que transformam e mudam a realidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de ações culturais a partir da história e memória dos/as afro-brasileiros/as pode garantir a todos/as os cidadãos/ãs o direito de conhecer e ser representado positivamente nos acervos das bibliotecas. É fundamental que seja promovido o trabalho com a cultura africana e afro-brasileira na biblioteca pública como forma de possibilitar a difusão, inclusão e disseminação de narrativas relativas às memórias africanas e afro-brasileiras no acervo da biblioteca.

Relacionando as ações culturais e as ações socioeducativas vimos que essas possibilitam que as questões tematizadas neste trabalho estejam interligadas pois enxergamos as bibliotecas públicas como espaços educativos que por meio de atividades relacionadas não só ao seu acervo, mas também às diversas possibilidades de serviços que as bibliotecas públicas oferecem e podem oferecer à comunidade onde estão inseridas, possibilitem transformações sociais.

Indo nesse caminho, para garantir que profissionais como bibliotecários implementem ações socioeducativas relacionadas às questões raciais que abrange a temática africana e afro-brasileira e indígenas é necessário que os mesmos participem de formações sobre o tema. No entanto, a lei 10.639/03, ainda é escassa nos currículos no ensino superior do curso de biblioteconomia no Brasil como aponta Silva (2019) quando trata das representações sociais relacionadas a temática africana e afro-brasileira nos discursos dos docentes. A autora relata que há uma ausência do conhecimento sobre a temática por parte dos docentes e essa ausência querendo ou não propaga o racismo em sala de aula por meio de práticas didáticas. Sem a inclusão da temática em sala de aula profissionais da informação tem maior probabilidade de continuarem invisibilizando as literaturas sobre a temática e também a propagarem os racismos existentes.

A biblioteca pública deve ser um aparelho transformador que, aliado a todos os movimentos contra a exclusão social, promova o fortalecimento da cultura e história da população afro-brasileira pois acredita-se que a biblioteca pública seja um ambiente fundamental para contribuir com a luta antirracista, por ser um espaço que possa potencializar a diversidade cultural e informacional presente na sociedade.



## REFERÊNCIAS

BRETTAS, Aline Pinheiro. A Biblioteca Pública: uma papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/1153/1030>. Acesso em: 10 maio 2019.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra**. Curitiba: CRV, 2015. 114p.

CARDOSO, P. J. F.; LIMA, G. S.; PACHECO, A. J. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UDESC): 10 anos de história. In: SANTANA, M.; COELHO, W. N.; CARDOSO, P. J. F. (Orgs.). **O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil: a experiência dos NEAB's**. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2014.

CARDOSO, P. J. F. ; SILVA, F. C. G. da ; COSTA, A. ; LIMA, G. S. . Os Interagentes da Biblioteca de Referência NEAB/UDESC: avaliação de biblioteca especializada em temática africana, afro-brasileira e indígena. **REVISTA ACB (FLORIANÓPOLIS)**, v. 20, p. 452-462, 2015.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 738-752, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71694>. Acesso em: 15 jun. 2019

IFLA/UNESCO. **Manifesto IFLA por uma Biblioteca Multicultural**. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/wqjrv6>. Acesso em: 10 maio 2019

IFLA/UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> Acesso em: 15 maio 2019

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. São Paulo: 24. Ed, Vozes, 2007.

LIMA, Evangelina Sanches; CARLOTO, Cássia Maria. Ações socioeducativas: reflexões a partir de Freire Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, 9(1): 127-139, 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/692/646>. Acesso em: 25 abril 2019.

LIMA, G. S. ; SILVA, F. C. G. da ; COSTA, A. . Ação Cultural na Biblioteca escolar: Proposta de Ação Cultural referente à Cultura Africana e Afro-brasileira. In: VI Seminário da Educação, Relações Raciais e Multiculturalismo, 2017, Florianópolis. **Anais... VI SEREM**. Florianópolis: UDESC, 2016.

LIMA, G. S. ; SILVA, F. C. G. da ; COSTA, A. ; SILVA, A. S. ; SOUZA, G. K. S. . Africanizando os acervos: Política de Gestão de Acervos para Bibliotecas especializadas na Temática Afro-brasileira e Africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e**



**Documentação (Online)**, v. 14, p. 88-103, 2018. Disponível em:  
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1056/1068>. Acesso em : 23 abril 2019.

MCGARRY, Kevin. **O Contexto Dinâmico da Informação**: uma análise introdutória.  
Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999

SILVA, Andreia Souza da; FONTES, Sandra Regina. Diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da Lei nº 10.639/03. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 199-214, 2017. Disponível em:  
<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/72>. Acesso em: 10 maio 2019.

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y La política Del reconocimiento**. Cidade Del México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

